

08 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

# Liminar do TJ tira Bibinho da prisão

Ex-diretor da Assembleia Legislativa, denunciado por desvio de verba, estava preso há dois meses

Luciana Cristo  
Equipe da Folha

**Curitiba** - Uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná no início da noite de ontem autorizou liberdade ao ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Abib Miguel (conhecido como Bibinho). Preso há dois meses no Centro de Trilagem 2 de Piraquara, a pedido do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), Bibinho estaria atrapalhando o andamento do processo, de acordo com a acusação.

A liminar foi concedida pela juíza substituta em segundo grau Lillian Romero e fala em "imediato cumprimento". Segundo informações do advogado do ex-diretor, Eurolino Sechinel dos Reis, Bibinho deve ser solto hoje. No habeas corpus, a defesa de Bibinho alegou que ele estaria sofrendo "constrangimento ilegal", pelo indeferimento do pedido de revogação de prisão e "consequente manutenção da sua segregação". A juíza decidiu então que, como a fase de instrução do processo ao qual Bibinho responde foi encerrada, não havia mais subsistência para mantê-lo preso preventivamente.

Coordenador do Gaeco, Leonir Batisti disse que o propósito é que o processo possa seguir seu andamento normal sem que se sofra "problemas artificiais" a serem colocados pela defesa. No ano passado, a defesa apresentou atestados médicos alegando que Bibinho não teria condições psicológicas de responder ao processo. Bibinho é acusado dos crimes de formação de quadrilha, peculato, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, enquanto era diretor da AL, por suposto envolvimento na contratação de funcionários fantasmas para desviar milhões de reais dos cofres públicos.

**08 MAI 2012**

**FOLHA DE LONDRINA**

**MAPA DA VIOLÊNCIA**

# **Paraná ocupa o terceiro posto em homicídios femininos**

Levantamento do Instituto Sangari mostra que Estado registrou 6,3 assassinatos para cada 100 mil mulheres.

Com taxa de 24,4 crimes, Piraquara aparece como a segunda cidade mais violenta do País. Entre 1980 e 2010, 91 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, o sétimo no ranking mundial.

08 MAI 2012

FOLHA DE LONDRINA

# PR é o terceiro em homicídios femininos

## Segundo o Mapa da Violência, cerca de 91 mil mulheres foram assassinadas no Brasil entre 1980 e 2010

**Curitiba** – O Paraná é o terceiro Estado com maior número de homicídios de mulheres no Brasil, registrando 6,3 assassinatos em cada 100 mil mulheres. A informação faz parte do estudo "Mapa da Violência 2012: Homicídios de Mulheres no Brasil", divulgado ontem pelo Instituto Sangeri. O índice refere-se ao ano de 2010 e a análise é feita com base no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Em primeiro lugar no ranking está Espírito Santo, com 9,4 mortes para 100 mil mulheres e, em segundo, Alagoas, com taxa de 8,3. Os outros dois Estados vizinhos da região Sul estão em 18º lugar (Rio Grande do Sul) e 23º (Santa Catarina).

O Paraná também está no topo da lista das cidades que registram mais casos de homicídios femininos. O relatório analisou os municípios com mais de 26 mil mulheres e Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), ficou na segunda colocação, com taxa de 24,4 crimes. A primeira colocada foi Paragominas, no Pará, com taxa de 24,7. As outras cidades paranaenses que aparecem entre as 97 primeiras colocadas são: Araucária, Fazenda Rio Grande, Telêmaco Borba, União da Vitória, Foz do Iguaçu, Curitiba, Pinhais, São José dos Pinhais, Colombo e Guarapuava.

Segundo o Mapa da Violência, foram assassinadas no Brasil cerca de 91 mil mulheres entre 1980 e 2010, sendo 43,5 mil só na última década. O aumento anual dos casos foi de 217,6%, passando de 1.353 em 1980 para 4.297 em 2010. Esses números colocaram o Brasil em 7º lugar entre os países com maior taxa de homicídios femininos – são 4,4 assassinatos para 100 mil mulheres. Em primeiro lugar está El Salvador (10,3).

Assim como acontece nos homicídios masculinos, as armas de fogo são os principais instrumentos causadores das mortes. No caso dos homens, elas representam 3/4 dos incidentes, enquanto no caso das mulheres, as armas de fogo são responsáveis por metade dos crimes. Outro ponto chama a atenção: 40% das mulheres foram mortas em suas residências, concluindo-se que a violência doméstica é um fator importante. A maior parte das vítimas tinha entre 15 e 29 anos.

O delegado Rubens Recalcatti, titular da Delegacia de Homicídios de Curitiba, não se surpreende com a posição do Paraná no relatório do Instituto Sangeri, lembrando que o Estado notifica todas as mortes violentas, que passam a fazer parte realmente das estatísticas. "Será que os outros Estados também estão fazendo isso?", questiona. Ele

acredita que o crescimento de homicídios femininos deve-se a fatores como o maior envolvimento da mulher com as drogas, o tráfico de entorpecentes e a criminalidade. Também acredita que o aumento dos casos deve-se ao envolvimento delas com maridos e namorados criminosos e violentos e com a liberdade que elas vem conquistando nos últimos anos e que as colocam em situações mais arriscadas do que as mulheres de gerações passadas.

# FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

## MAPA DA VIOLENCIA

08 MAI 2012

### Mulheres vítimas de homicídios no País

Ran.	Estado	Homicídios	Taxa*
1º	Espírito Santo	171	9,4
2º	Alagoas	134	8,3
3º	Paraná	338	6,3
4º	Paraná	117	6,0
5º	Mato G. do Sul	74	6,0
18º	Rio G. do Sul	226	4,1
23º	Santa Catarina	112	3,6

\*Dados preliminares em 100 mil mulheres em 2010.

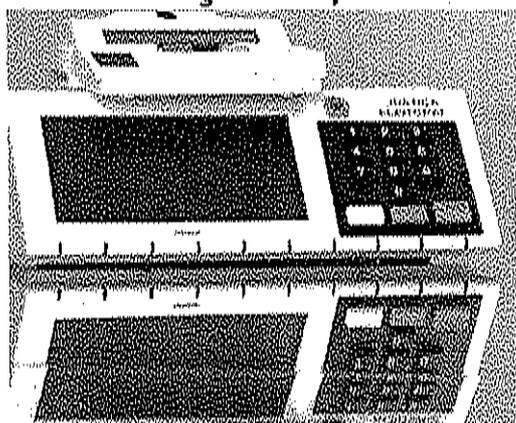
### RANKING NACIONAL

Ran.	Cidade	Homicídios	Taxa*
2º	Piraquara	11	24,4
27º	Araucária	8	13,4
32º	Fazenda Rio Grande	5	12,2
35º	Tolêmaco Borba	4	11,3
46º	União da Vitória	3	11,1
54º	Foz de Iguaçu	14	10,6
58º	Curitiba	95	10,4
71º	São José dos Pinhais	13	9,7
76º	Colombo	10	9,3
91º	Guarapuava	7	8,2

# FOLHA DE LONDRINA

## Eleição biométrica: Londrina 8 MAI 2012 terá recadastramento em 2013

Vice-presidente do TRE  
anunciou que convocação de  
eleitores na cidade começa em  
março do próximo ano



*Identificação digital do eleitor será testada em Curitiba já nas eleições de outubro próximo*

**E**m Londrina, a implantação do sistema biométrico nas eleições - que identifica o eleitor pela impressão digital no momento do voto - vai começar em março do ano que vem. A informação foi confirmada ontem pelo vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, Rogério Coelho, durante o Encontro Regional de Juízes Eleitorais, que ocorre na cidade. No Paraná, apenas Curitiba vai utilizar a biometria, pela primeira vez, já nas próximas eleições. A biometria ocorre, ainda, em 67 municípios brasileiros, além de todo o estado de Alagoas e de Sergipe.

O sistema biométrico vai dispensar a assinatura na folha de votação e a redução de tempo, por eleitor, na hora do voto, é estimada em um minuto e meio a dois minutos, tempo geralmente utilizado pelos mesários para conferir o título de eleitor e procurar o nome de cada votante. "Será preciso recadastrar todos os eleitores novamente", disse Mardem Machado, chefe de comunicação do TRE.

A previsão é de iniciar em março o chamamento de todas as pessoas que possuem título eleitoral para que façam a migração para o novo sistema. Mardem explicou que a implantação em Lon-

drina deve ser mais "econômica do que em Curitiba", porque o tribunal já conta com os "kits", como máquinas fotográficas e laptops, utilizados no recadastramento. Segundo estimativa do TRE, Londrina deve totalizar cerca de 370 mil eleitores neste ano.

O vice-presidente e corregedor do TRE, Rogério Coelho, não tinha mais detalhes sobre a implantação da biometria em Londrina, mas confirmou a previsão do tribunal de aplicar o sistema já nas eleições de 2014. Coelho, que esteve na abertura do Encontro Regional de Juízes Eleitorais, destacou, ainda, a aplicação da Lei da Ficha Limpa e o papel dos partidos no próximo pleito. "Um ponto que considero é que os partidos não farão o pedido de registro de candidatura daqueles candidatos que possam estar enquadrados na Lei da Ficha Limpa."

Depois do Encontro em Londrina, que tem sequência hoje, o TRE vai se reunir com os juízes eleitorais em Cascavel, nos dias 24 e 25 de maio, e depois em Curitiba, nos dias 30 de maio e 1º de junho.

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME 08 MAI 2012

### Lista do MP

A lista tríplice para escolha do procurador-geral de Justiça de Estado pode acabar. A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal aprovou um projeto de lei que altera o processo de escolha dos chefes do Ministério Público estadual. Pela proposta, a categoria continua realizando uma eleição para definir quem será o procurador-geral, mas, agora, o nome do mais votado segue para ser referendado pela Assembleia Legislativa e, se aprovado, para nomeação pelo governador. A medida não tem efeito para o procurador-geral da República.

### Governador nomeia

O projeto foi aprovado em votação simbólica, com apenas seis deputados na comissão. A proposta segue para análise de uma comissão especial que será criada para discutir o tema. Se aprovada, ainda terá que ser votada pelo plenário da Casa. Atualmente, os integrantes do Ministério Público realizam uma eleição e passam para o governador uma lista tríplice, que tem liberdade para escolher um dos indicados, mas, tradicionalmente, nomeia o vencedor do pleito. A ideia seria dar mais autonomia ao Ministério Público. O procurador-geral, que tem mandato de dois anos, é o responsável por ações de improbidade administrativa contra o governador e por ações criminais contra prefeitos e deputados.

### Perguntinha

Será que a "nova forma" de escolha do procurador-geral de Justiça receberá apoio dos governadores?

**MAZZA**

### Tarifaço

Como a Justiça proibiu a transferência dos recursos do Detran para a área de segurança o órgão vai ficar inflado e não tem a mínima ideia de como evitar o entesouramento. A Procuradoria Geral do Estado diz que vai examinar a hipótese do recurso. É a sua vida: vive examinando.

# FOLHA DE LONDRINA

INFORME

08 MAI 2012

## 14 dias

O ex-secretário de Governo de Barbosa Neto (PDT) Marco Cito e o empresário Ludovico Bonato estão detidos há 14 dias. O segundo foi flagrado pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) entregando R\$ 20 mil ao vereador Amauri Cardoso (PSDB), supostamente "a mando" de Cito, numa tentativa de fazer o parlamentar votar contra a abertura da Comissão Processante (CP) da Centronic para investigar o prefeito.

■ O primeiro habeas corpus impetrado em favor de Cito foi negado em 30 de abril pela juíza substituta de 2º grau, Lillian Romero, da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça. No dia 4 de maio, o advogado João dos Santos Gomes Filho protocolou o segundo pedido de liberdade, que está sob análise da desembargadora Lidia Maejima, também da 2ª Câmara.

■ Quanto a Bonato, o habeas corpus foi redistribuído ontem para Lillian Romero, já que Maejima considerou-se impedida. Os dois estão presos na unidade dois da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL II).

## 7 dias

Outros dois presos na operação do Gaeco, porém, uma semana mais tarde, em 1º de maio, continuam detidos: o chefe de Gabinete de Barbosa, Rogério Ortega, está na PEL II, e o diretor de Participações da Sercomtel, Alysson Tobias Carvalho, está internado no Hospital do Coração, em razão do sangramento de uma úlcera gástrica. O hospital informou que ele se recupera e deve ter alta em dois dias. Os habeas corpus impetrados por João Gomes em favor dos dois ainda não foram julgados.

● Ontem também o vereador afastado Eloir Valença (PHS) protocolou habeas corpus para pedir a revogação da decisão do juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Luiz Eduardo Asperli Nardi, que o afastou do cargo. Eloir foi preso em 1º de maio, mas liberado na última sexta-feira.

## Derosso pede para sair...

Pouco antes de o PSDB estadual decidir sobre a possibilidade de expulsar o vereador de Curitiba João Claudio Derosso, o próprio Derosso mandou entregar uma carta na qual pedia a sua desfiliação do partido, na noite de ontem. Assim, Derosso fica impossibilitado de disputar a reeleição, em outubro. "Quem perde é a cidade, uma experiência de 24 anos como vereador e 16 como presidente, todas as conquistas que levei para a sociedade de Curitiba. Perdemos o melhor vereador da cidade", disse ele à FOLHA.

## ...após pedido de expulsão

O pedido formal de expulsão de Derosso havia sido proposto pelo deputado federal Fernando Francischini. Derosso disse que a tentativa de expulsá-lo foi um fato político "que alguns tentaram tirar vantagem". Derosso responde a três ações de improbidade administrativa, propostas pelo Ministério Público (MP) do Paraná. Ele é acusado de irregularidades em contratos de publicidade firmados enquanto era presidente da Câmara de Curitiba, além de nepotismo e de contratação de funcionários fantasmas.

## ABANDONO AFETIVO

# Paternidade exige cuidados

● *Entre os deveres inerentes ao poder familiar estão o convívio, o cuidado, a criação, a educação, a transmissão de atenção e o acompanhamento do desenvolvimento sociopsicológico dos filhos*

● *No caso analisado pelo STJ, o pai negou o abandono, mas, de acordo com o tribunal, ele teria agido com "desmazelo" em relação à filha, reconhecida apenas após processo judicial*

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu recentemente o direito de filhos serem indenizados por **pais** que os abandonam durante a infância e a juventude. Os ministros da 3ª turma do STJ fixaram em R\$ 200 mil a indenização que um pai deve pagar à filha por danos morais decorrentes do **abandono**. Trata-se de uma decisão histórica e inédita, e pode nortear outras decisões judiciais semelhantes.

Para conquistar isso a requerente solicitou exame de reconhecimento de paternidade e, após resultado positivo, ela questionou judicialmente a atitude do pai, que estaria proporcionando aos outros filhos um tratamento melhor que o que ela recebia.

Não é a primeira vez que o STJ julga um caso assim. Em 2005 houve um processo semelhante, mas o entendimento foi diferente do aplicado agora. "Naquele caso a 4ª turma do STJ reformou a decisão porque entendeu que não havia ilícito por parte do genitor em não cuidar de seu filho, o que demonstra que houve uma mudança de posicionamento do STJ e que agora está levando em conta a criação de condições para que haja um desenvolvimento afetivo", destaca o advogado especializado em Direito



de Família, Anderson da Cruz, de Londrina.

Para quem é negligenciado ou sofreu violência psicológica, os danos podem ser equivalentes ou até superiores aos de quem sofre violência física ou sexual. A afirmação é da psicóloga Daniele Fioravante Tristão, coordenadora do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (Creas) 3, de Londrina, que atende crianças em situação de risco. "Assim como há a necessidade de ingestão de alimentos saudáveis para que a criança se desenvolva, do ponto de vista afetivo ela também precisa de condições para que possa se desenvolver", relata.

A psicóloga explica que, embora o afeto não possa ser imposto em uma relação em que não haja essa proximidade entre pai e filho, essa decisão judicial pode fazer com que os pais sejam mais responsáveis em relação à saúde, à educação, ao bem-estar dos filhos.

# A cada duas horas, uma mulher é assassinada no País

Dados constam do Mapa da Violência de 2012 e mostram que, em uma lista de 87 países, o Brasil é o sétimo que mais mata

**Adriana Ferraz**

A cada duas horas, uma mulher é morta no Brasil. Na maioria dos casos, o assassino é o namorado, marido ou ex-companheiro, que mata dentro de casa, após já ter cometido pelo menos um ato de agressão. Os dados constam do Mapa da Violência de 2012 - Homicídio de Mulheres e mostram que, em uma lista de 87 países, o Brasil é o sétimo que mais mata. Em 2010, foram 4.297 casos ou 4,4 assassinatos por 100 mil habitantes.

Na comparação por faixa populacional, o Espírito Santo é o primeiro do ranking. Com taxa de 9,4 mortes, representa o dobro da média brasileira e o triplo do índice de São Paulo, o penúltimo da lista. O Estado do Piauí é o menos violento, de acordo com o estudo elaborado pelo sociólogo Julio Jacobo, com base nos dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

No mapa das capitais, as Regiões Norte e Nordeste são as mais problemáticas. Porto Velho, Rio Branco, Manaus e Boa Vista, por exemplo, têm mais de dez mortes por grupo de 100 mil habitantes. Na contramão, Brasília registra 1,7. Mas, seja qual for a região, as principais vítimas são, normalmente, mulheres de 20 a 29 anos.

A pesquisa é a primeira a registrar estatísticas regionais e, por isso, pode representar um marco na definição de políticas públicas. "Quando o assunto é violência contra a mulher, não existe uma fórmula pronta. Por isso, é

importante conhecer as realidades locais, para trabalhar cada particularidade, especialmente as culturais. Muitas toleram uma agressão em 'nome da honra', por exemplo. De toda forma, qualquer que seja o trabalho, ele deve contar com a força policial. Foi assim que o Piauí se destacou", diz Jacobo.

Diferentemente do cenário de violência masculina, a agressão contra a mulher dificilmente acontece no bar ou no local de trabalho, mas na residência, nas ruas ou mesmo na escola. Ainda segundo o estudo, o agressor usa, em 53,9% dos casos, armas de fogo.

## No ES, drogas têm relação com 70% dos homicídios

● Mão de um menino de 1 ano, Larissa Monfardini, de 16, foi morta com cinco tiros no fim do ano passado em Caracica (ES). Ela havia se tornado traficante para sustentar o vício em crack, mas morreu após ter deixado de pagar parte da dívida a traficantes.

Assim como Larissa, 70% das mulheres mortas no Estado têm envolvimento com drogas, segundo o delegado titular da Delegacia de Homicídios e Proteção à Mulher (DHPM), Adroaldo Lopes. Ele diz que, desde que a delegacia foi criada, em 2010, os números de homicídios de mulheres caíram. / CINTIA BRINGHENTI,

ESPECIAL PARA O ESTADO

**Maria da Penha.** Nos últimos 14 anos, o índice nacional de homicídios de mulheres se manteve estável. A menor taxa registrada no período é de 2007, ano em que entrou em vigor a Lei Maria da Penha, que pune o agressor com mais rigor e assegura à mulher proteção policial e da Justiça em caso de denúncia. Foram 3.772 casos - taxa de 3,9. No ano seguinte, porém, a curva voltou a crescer, atingindo 4,2.

Nas últimas três décadas, de acordo com o histórico do mapa, 91.932 mulheres foram mortas no Brasil. Com dados de 1980 para cá, a pesquisa mostra que o crescimento efetivo ocorreu até 1996, quando a taxa nacional atingiu o pico de 4,6. "Depois disso, temos redução dos índices, mas eles ainda estão longe do ideal. No ranking internacional, o Brasil só fica atrás de El Salvador, Trinidad e Tobago, Guatemala, Rússia, Colômbia e Belize." Na lista, 44 países têm taxas iguais ou inferiores a 1.

A redução dos conflitos domésticos está, segundo o Instituto Patrícia Galvão - especializado em violência contra a mulher -, na construção de uma rede protetora que dê suporte psicológico à vítima.

"Não basta abrir mais delegacias especializadas pelo País. A mulher dificilmente faz a denúncia imediatamente. Muitas vezes, ela até se sente culpada ou na obrigação de salvar o casamento. E nessa hora que precisa encontrar uma rede de acolhida para desabafar e receber orientação, antes de procurar a polícia", diz Jacira Melo, diretora executiva da entidade.

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

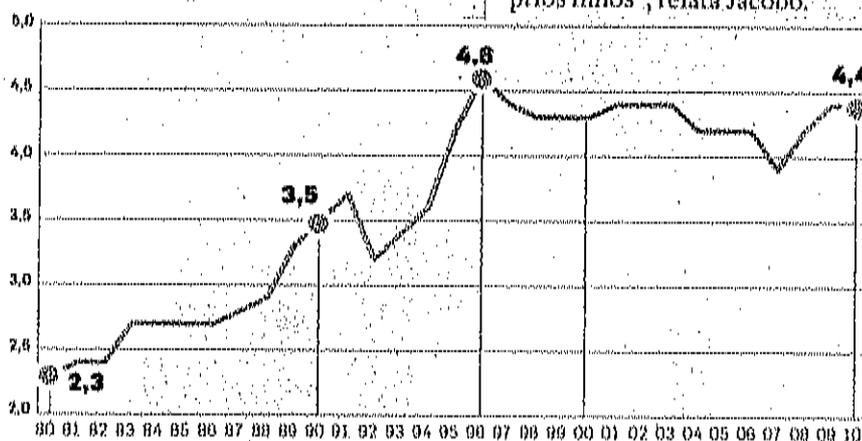
08 MAI 2012

**Três fases.** Entre os fatores que dificultam o relato está a proximidade com o agressor. As estatísticas mostram que, seja qual for a idade da mulher, quem a agride mora em sua casa ou faz parte de sua família. "Até os 9 anos, ela é vítima dos pais de sangue ou criação. Quando se torna adulta, corre o risco de ser espancada pelo marido ou ex. E, já idosa, acaba maltratada pelos próprios filhos", relata Jacobo.

## VIOLÊNCIA

### TAXA DE HOMICÍDIOS DE MULHERES

A cada 100 mil mulheres



**5,1**

é a taxa média de homicídios de mulheres nas capitais

**54%**

das mortes de mulheres são provocadas por arma de fogo

### RANKING DOS ESTADOS

	NÚMERO ABSOLUTO	TAXA A CADA 100 MIL MULHERES
Espírito Santo	171	9,4
Alagoas	134	8,3
Paraná	338	8,3
Paraná	117	6
Mato Grosso do Sul	74	6
Pará	225	6
Distrito Federal	78	5,8
Bahia	399	5,6
Mato Grosso	81	5,5
Pernambuco	249	5,4
Tocantins	35	5,1
Goiás	157	5,1
Roraima	11	5
Rondônia	37	4,8
Amapá	16	4,8
Acre	17	4,7
Sergipe	45	4,2
Rio Grande do Sul	226	4,1
Minas Gerais	393	3,9
Rio Grande do Norte	62	3,8
Ceará	165	3,7
Amazonas	65	3,7
Santa Catarina	112	3,6
Maranhão	114	3,4
Rio de Janeiro	272	3,2
São Paulo	663	3,1
Piauí	41	2,6

### RANKING DAS CAPITAIS

	NÚMERO ABSOLUTO	TAXA A CADA 100 MIL MULHERES
Porto Velho	RO 13	12,4
Rio Branco	AC 11	11,9
Manaus	AM 48	11,5
Boa Vista	RR 8	10,4
Belém	PA 35	7,6
Macapá	AP 13	6,8
Palmas	TO 2	6,7
São Luís	MA 34	6,6
Teresina	PI 15	6,4
Fortaleza	CE 68	6,4
Natal	RN 20	6,3
João Pessoa	PB 48	6,2
Recife	PE 63	6,1
Maceió	AL 59	5,9
Aracaju	SE 18	5,8
Salvador	BA 95	5,6
Belo Horizonte	MG 77	5,4
Vitória	ES 20	5,2
Rio de Janeiro	RJ 110	5,2
São Paulo	SP 153	4,8
Curitiba	PR 95	4,7
Florianópolis	SC 7	3,5
Porto Alegre	RS 50	3,5
Campo Grande	MS 22	3,3
Cuiabá	MT 10	3,2
Goiânia	GO 46	2,6
Brasília	DF 78	1,7

CONTINUA

## Só em 2011, foram mais de 48 mil agressões relatadas

Bastante alterado, ele agrediu a mulher e foi parar na delegacia. Anteontem, no Capão Redondo, zona sul da capital, um desempregado de 19 anos foi preso depois de esfaquear a companheira de 17. A sogra e o cunhado também foram agredidos. O homem ainda botou fogo na casa. Seria usuário de crack e queria dinheiro para comprar a droga - acabou indiciado por tentativa de homicídio, violência doméstica, lesão corporal e incêndio. Se a Lei Maria da Penha fosse aplicada em todos os casos, milhares de homens teriam tido o mesmo destino em 2011, quando foram registrados 48.152 casos de violência contra a mulher no País - um a cada 12 minutos.

E essa história se repetiu pelo menos três vezes no fim de semana em cidades paulistas. No outro extremo da capital, no Parque São Lucas, zona leste, um homem de 38 anos estapeou a mulher, de 23, quando questionado por ela sobre o motivo de estar alterado. Um dos tapas atingiu o filho do casal, de 1 ano e 2 meses. A polícia deteve o agressor, mas aguarda a queixa da mulher para iniciar o inquérito.

Em muitos casos, porém, a denúncia não acontece. Normalmente, o motivo é o medo do agressor. Segundo o sociólogo Julio Jacobo, a ameaça psicológica é o segundo tipo mais praticado de agressão contra a mulher. O primeiro é o espancamento.

A violência também fez uma vítima em Américo Brasiliense, no interior. Um motorista de 34 anos chegou em casa embriagado, quebrou aparelhos eletrônicos e, depois, agrediu a mulher, uma funcionária pública de 32, com um soco no rosto. O filho,

de 14, também foi atingido. Levado à delegacia, o agressor foi autuado por violência doméstica e lesão corporal. E, como não tinha dinheiro para a fiança, de R\$ 1.244, foi direto para a cadeia. Em caso de reincidência, a prisão é automática.

### • Triplicou

Nos últimos 30 anos, o número de mortes de mulheres passou de 1.353 para 4.287, uma alta de 217,6%

CONTINUA

08 MAI 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

INGRID LEÃO

## Justiça e educação em defesa da vida

O Mapa da Violência 2012 revela que a promulgação da Lei Maria da Penha, em setembro de 2006, provocou uma visível queda na taxa de assassinatos de mulheres no País. A partir de 2008, no entanto, a espiral de violência retoma os patamares anteriores.

Esse fenômeno indica claramente que as políticas públicas de proteção às mulheres, previstas na Maria da Penha, ainda são insuficientes para reverter a prática da violência.

O mapa do feminicídio – assassinato de mulheres – tem relação direta com o mapa do acesso à Justiça, a serviços públicos de segurança, proteção judicial e também saúde, e com o mapa da prática de uma educação não sexista. Justiça e educação são, assim, dois territórios férteis de políticas públicas para a defesa da vida das mulheres brasileiras.

●  
É DA COORDENAÇÃO NACIONAL DO COMITÊ LATINO-AMERICANO E DO CARIBE PARA A DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER (CLADEM/BRASIL)

# 'Havia uma lista de notórios pedintes, os pidões'

Beneficiado com R\$ 713 mil, desembargador conta que a rotina no TJ-SP era de incessante cobrança por antecipação de créditos

Sob suspeita no escândalo dos contracheques millionários do Tribunal de Justiça de São Paulo, o desembargador Fábio Monteirol Gouvêa, que recebeu R\$ 713.200, dá risada quando fala da rotina na Comissão de Orçamento da corte, que integrou entre 2008 e 2010. "O meu telefone celular tocava a cada três ou quatro minutos, incessantemente. Noventa por cento dessas ligações eram pedidos de antecipação de créditos."

Quem pedia dinheiro? "Juizes, em favor deles próprios, juizes em favor dos seus funcionários ou ex-funcionários. Tinha noite que eu não dormia. Os casos todos eram tão graves e tão urgentes que eu perdia o sono."

Aos 59 anos, desde 1978 na magistratura, o desembargador atuou no Orçamento nas gestões dos ex-presidentes Vallim Bellocchi e Vianna Santos. Antes, por pequeno período, fez parte da Comissão na administração do presidente Celso Limongi (2006/2007).

Gouvêa conta que deixou de comparecer a festas da toga porque havia pressão terrível. "Chegou um momento em que nós não podíamos nem mais ir a festas, principalmente de juiz, porque a pergunta era constante, se havia dinheiro, se ia ter um pagamento extra no fim do ano ou no meio do ano, se o orçamento era melhor. Foi causando um mal-estar que me fez evitar esse tipo de confraternização", diz o juiz.

Admite que recebeu seu quinhão sem ter apresentado justificativa e que o ex-presidente Vianna (já falecido) "autorizava verbalmente" os pagamentos.

O relato de Gouvêa põe fogo na crise que asfixia o grande tribunal e aponta para outro ex-presidente, Celso Limongi (2006 e 2007).



**Pedidos.** Gouvêa diz que seu telefone não parava de tocar

## ● Qual quadro o sr. encontrou ao assumir a Comissão?

Antes de o Bellocchi assumir ele foi chamado pelo então governador José Serra para uma reunião e foi cientificado de que o tribunal tinha um passivo de R\$ 70 milhões, deixado pela administração anterior (Limongi). Essa apuração tem que pegar pelo menos três administrações anteriores às de Bellocchi. Um período de dez anos, para um universo confiável de pesquisa. Será apurado que juizes que se queixam de não terem recebido nada nas gestões Bellocchi e Vianna receberam bastante na do Limongi. No fim da gestão Limongi, ele entendeu que era cabível mandar pagar indistintamente 15 dias de férias para todos os juizes e todos os funcionários. Causou a diferença contábil de R\$ 70 milhões.

## ● Os juizes estão revoltados com o sr. e seus pares da Comissão.

Havia uma lista de notórios pedintes, os chamados pidões. Eu até fui alertado quando assumi a comissão que o primeiro desembargador que viria me pedir alguma coisa era o desembargador "x". De fato, horas depois de a gente ter assumido a comissão, ele entrou já com um pedido. Não fui surpreendido. Ele era notório freguês de todas as administrações. Eu não vou dar o nome, mas é uma das pessoas

que mais fazem carga contra nós no tribunal, porque a torneira secou para ele.

## ● Como os srs. se beneficiaram?

Parêce até que o tribunal começou agora em 2008, não é? Desde sempre houve isso. Esses pagamentos sempre foram determinados pelos critérios dos presidentes. Normalmente, privilegiando casos de doenças ou de dificuldades financeiras insuperáveis. Isso para os juizes é também para os funcionários. Houve um ano em que, em dezembro, o presidente determinou que se pagasse o equivalente a "x" dias de férias para todos os funcionários do escalão mais baixo ou que se pagassem alguns funcionários de escalão mais alto, como secretários e diretores de departamento.

## ● O que fez com os R\$ 713 mil?

Reformei um apartamento, que vendi recentemente. Coloquei o dinheiro à disposição do tribunal. Não apresentei nenhuma justificativa para receber. Os presidentes ofereceram esse pagamento aos membros da Comissão (de Orçamento) e eu aceitei a minha parte, ciente de que estava recebendo algo que me era devido. Recebi parceladamente durante três anos; não chega a R\$ 20 mil por mês. Recebi a mais do que os outros sim, na frente. Hoje se propala que os juizes recebem o subsídio e mais R\$ 2 mil e poucos de atrasados. Os juizes recebem de R\$ 13 mil a R\$ 14 mil de atrasados, o que dobra o salário deles. / FAUSTO MACEDO

08 MAI 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

**Caso Cachoeira.** Gurgel faz primeiro pedido de abertura de inquérito contra governador de Goiás para apurar suspeitas de ligações do tucano com o contraventor; governador petista do DF também está na mira e PGR já solicitou investigação que envolve Sérgio Cabral

# Sob pressão do PT, procurador-geral abre inquérito contra Perillo no STJ

O procurador-geral da República, Roberto Gurgel, afirmou ontem que pedirá a abertura de inquérito no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), por envolvimento com a organização do contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira. A decisão ocorre duas semanas após o procurador ter anunciado a mesma intenção em relação ao governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), o que motivou forte pressão do PT contra o procurador-geral.

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), também está no foco da Procuradoria-Geral da República (PGR), que vai analisar contratos da Delta Construções, suspeita de ligação com o esquema, com o governo fluminense. O peemedebista é amigo do principal acionista da empreiteira, Fernando Cavendish. Juntamente com secretários de Estado, Cabral aparece ao lado de Cavendish em fotos de uma viagem a Paris, o que causou constrangimento ao governador e ao partido.

Suspeito de receber pagamentos e de se beneficiar de doações eleitorais da quadrilha, supostamente em troca de favorecimen-

to em contratos públicos, Perillo é o primeiro alvo de um pedido de investigação na Corte. Ele próprio se antecipou e, por meio de sua defesa, já havia pedido a apuração dos fatos no mês passado, após a divulgação de informações da Operação Monte Carlo, da Polícia Federal na mídia.

Lembrando a solicitação de Perillo, Gurgel não quis, ontem, avaliar as denúncias. "Como o próprio governador se diz interessado em que sejam devidamente apuradas essas notícias, então nós devemos, diante dessa manifestação, pedir ao STJ a instauração de inquérito", afirmou, durante evento do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília.

Os áudios obtidos pela PF indicam que aliados de Cachoeira fizeram pagamentos dentro do Palácio das Esmeraldas, sede do governo de Goiás. Escutas também mencionam repasses a integrantes do primeiro escalão. A chefe de gabinete do governador, Eliane Gonçalves Pinheiro, pediu demissão após a revelação de que recebeu do esquema de Cachoeira dados de uma operação policial e os repassou a um prefeito.

Carlinhos Cachoeira foi preso pela Polícia Federal no dia 29 de fevereiro numa casa que pertenceu ao governador tucano.

**Agnelo.** O pedido de inquérito contra Perillo ocorre depois de Gurgel manifestar ao Supremo Tribunal Federal (STF) a intenção de investigar o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT), o que levou a pressões, no campo governista, para que o tucano também entrasse no radar da PGR.

Por solicitação de Gurgel, o ministro Ricardo Lewandowski autorizou, no mês passado, o desmembramento do inquérito em tramitação no STF para que dados sobre Agnelo, colhidos na Monte Carlo, pudessem fundamentar uma eventual investida no STJ. Ontem, o procurador adiantou que a análise de documentos e interceptações telefônicas pode levar a um novo pedido de investigação contra o petista, que já responde no STJ por supostas irregularidades cometidas em suas gestões no Ministério do Esporte e na Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

"Em relação ao governador Agnelo, há já inquérito em andamento no STJ e há outros fatos, que estão sendo agora examinados pela PGR e que poderão vir a motivar novos inquéritos", informou Gurgel.

Apontado como o "oi de Brasília" por integrantes da quadrilha,

**CONTÍNUA**

08 MAI 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

de Cachoira, Agnelo teria pedido encontro com o contraven- tor, segundo escutas da Polícia Federal. Cláudio Monteiro, ex- chefe de gabinete do petista, pe- diu afastamento após a revelação de que teria recebido pagamen- tos da organização, que negocia- va nomeações e facilidades em contratos da Delta Construções.

**Três governadores.** As investi- gações da PGR trazem complica- ções políticas a governadores dos três maiores partidos do País (PMDB, PT e PSDB) e criam dificuldades à blindagem políti- ca montada na CPI do Cachoei- ra, que, por ora, não aprovou a convocação de nenhum deles.

“Em relação ao governador Sérgio Cabral, estamos solicitando informações preliminares à CGU (Controladoria-Geral da União), ao TCU (Tribunal de Contas da União) e à própria Pro- curadoria da República no Rio, basicamente a respeito de con- tratos que envolvem a empretei- ra Delta”, afirmou. “É um mo- mento preliminar. Não há ainda iniciativa para instauração de in- quérito”, explicou Gurgel.

#### ● Publicidade

Com Sérgio Cabral sob os holofotes da CPI, o governo fluminense deflagrou ontem campanha publi- citária de R\$ 13 ml. Com o lema “Dignidade”, será divulgado o Renda Melhor/ Rio Sem Miséria.

08 MAI 2012

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

### **Não e não**

A Justiça baiana acaba de negar pedido de exumação dos restos mortais do senador **Antônio Carlos Magalhães**.

08 MAI 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## STJ quer PMs de chacina no Pará presos

Corte determinou prisão de condenados por Eldorado dos Carajás; coronel Pantoja apresentou-se, mas major Oliveira diz que não foi notificado

Dez anos depois de serem condenados pela morte de 19 sem-terra no massacre de Eldorado dos Carajás, o coronel da Polícia Militar do Pará, Mário Colares Pantoja, e o major José Maria Oliveira terão de cumprir a pena em regime fechado. O processo contra os militares transitou em julgado no mês de abril e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou que a sentença fosse "imediatamente cumprida". Ontem, o Tribunal de Justiça do Pará decretou a prisão dos dois militares.

O coronel Mário Pantoja, condenado a 228 anos, apresentou-se ontem espontaneamente no Centro de Recuperação Especial Anastácio das Neves, uma penitenciária para policiais e ex-policiais localizada em Santa Isabel, a 45 quilômetros de Belém.

Oliveira, que pegou 158 anos e 4 meses, alegou que ainda não foi notificado pelo juiz da 1.ª Vara do Tribunal do Júri de Belém, Edmar Pereira. "Se ele for notificado irá recorrer. Houve uma decisão do ministro Félix Fischer, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que, no nosso entendimento, ainda não foi publicada. Portanto, não há transitado em julgado, e cabe recurso", disse o advogado Arnaldo Gama, defensor de Oliveira.

"Ao se apresentar na penitenciária, segundo um policial, Pantoja teria dito que lamentava a ausência do ex-governador Almir Gabriel no processo que o condenou. Durante o julgamento, o coronel sustentou que Gabriel exigiu que a estrada bloqueada pelos sem-terra fosse "liberada de qualquer maneira".

O ex-governador alega que o comando da PM, à época, tinha plena autonomia para tomar decisões. O coronel Fabiano Lopes, que era o comandante geral, porém, não foi indiciado. Pantoja e Oliveira afirmam que ficaram "sozinhos" no episódio.

**'Reparo'.** O coordenador do Movimento dos Sem-Terra (MST) no Pará, Ulisses Manças, disse que a prisão dos oficiais, "embora tardia", veio reparar um fato "emblemático para o movimento e para os direitos humanos no Brasil". Segundo ele, a ordem de prisão poderá ter reflexo na impunidade que protege outros criminosos que atuam no campo no Pará.

A morte dos 19 sem-terra foi um dos episódios mais sangrentos da luta pela terra no País. Em abril de 1996, a rodovia PA-150, em Eldorado dos Carajás, sul do Pará, foi ocupada por cerca de 1.500 trabalhadores rurais que reivindicavam a desapropriação de fazendas da região para a reforma agrária.

Pelotões da PM de Marabá e de Parauapebas, com um total de 155 homens, segundo depoimentos na época do confronto, chegaram ao local do bloqueio atrancado. Os sem-terra atacaram os policiais com paus e pedras. Além dos 19 mortos, 66 pessoas ficaram feridas.

**08 MAI 2012**

## **O ESTADO DE S. PAULO**

**PEDOFILIA**

### **Ex-juiz é acusado de abusar de menino**

Um juiz aposentado de 65 anos foi preso na noite de domingo em Belo Horizonte, acusado de estuprar um garoto de 11 anos. O menino foi encontrado na casa do ex-magistrado, sob a cama. O menino, que é guardador de carros, confirmou que havia acabado de manter relações sexuais com o suspeito. Ele contou que recebia R\$ 15 por relação. Segundo a polícia, o ex-juiz já foi preso duas vezes por atentado violento ao pudor. Ele foi exonerado em 2003, mas o motivo não foi informado pelo Tribunal de Justiça.

# GAZETA DO POVO

SINTESES

AS RECENTES DECISÕES DO STF E O REFLEXO NA SOCIEDADE

ELTON FREDERICK

08 MAI 2012

## As visões do Supremo

Poucas vezes na história do Brasil tivemos um Judiciário tão notável. Remete-se aqui não às virtudes de nossos juízes, mas ao sentido da palavra que indica algo que pode ser percebido com facilidade. Mesmo sendo o mais oligárquico entre os Três Poderes, as decisões do Judiciário, sobretudo as do Superior Tribunal Federal, têm ganhado as ruas: para horror de uns, que denunciam a emergência de um "populismo judicial", e louvor de outros, que veem neste movimento a possibilidade de contato entre os ouvidos da corte e os "reais anseios da população".

Com um Legislativo omissivo em relação aos chamados "temas polêmicos" — eufemismo usado para se referir a assuntos eleitoralmente sensíveis —, é o STF que tem funcionado como arena para as disputas mais controversas. E com base em que julga o STF? Seria, de fato, a Constituição o alicerce único de nossos ministros? Provavelmente não: é no Supremo que identificamos com clareza aquilo que o economista americano Thomas Sowell chamou de *Conflito de Visões*. A letra fria da lei está lá, sob o olhar atento dos especialistas. Porém, ao proferirem seus votos, é evidente que a frieza da lei é submetida a um exercício de interpretação que extrapola o texto constitucional.

O que Sowell chama de "visão" é uma espécie de "pressuposto fundamental" sobre o qual alicerçamos nossos juízos cotidianos, seja na política, na economia, na justiça ou em qualquer outro tema. É um "ato cognitivo pré-analítico", como disse Joseph Schumpeter, ou o que costumeiramente chamamos de "visão de mundo". São balizas tão organicamente gravadas em nós que, a despeito de nossas inabaláveis certezas, muitas vezes mal conseguimos verbalizá-las de forma lógica.

Sowell distribui esses postulados em duas visões, que ele classificou como "irrestrita" e "restrita", numa referência direta às potencialidades do homem. Na primeira, os eventuais problemas do mundo podem ser sanados por meio da ação consciente e direta dos homens. Já a segunda vê o mundo como um lugar dotado de defeitos endógenos e cujas soluções definitivas não estão ao alcance humano. Para esses, tentar sanar o irremediável é como submeter à cirurgia um paciente cuja enfermidade não se pode diagnosticar com exatidão: o efeito costuma ser contraproducente.

No caso da justiça, a visão irrestrita vê o "justo" como um resultado, enquanto que a visão restrita a entende como a garantia de um processo. A recente aceitação da constitucionalidade do sistema de cotas raciais pode ser vista como o triunfo da visão irrestrita. Injustiças pontuais podem ocorrer — eventualmente um negro abastado pode vir a ocupar a vaga que, por mérito, seria de branco pobre. Porém, segundo uma leitura irrestrita, enquanto não houver a reparação de uma injustiça fundamental do passado, não há possibilidade de justiça no presente. Por outro lado, a visão "restrita" diria que por mais nobre que seja a proposta, a simples "deformação" do processo em nome do justo nada mais é do que o vício travestido de virtude.

Desde já — ou seria desde sempre? — a Constituição acolhe o sistema de cotas raciais, o aborto em casos de anencefalia, a inelegibilidade dos "fichas-sujas", a união estável entre pessoas do mesmo sexo. Por mais nobres que sejam, difícil é dizer em que medida se essas decisões proveem da pena constituinte, ou se são apenas reflexos do mundo visto pela lupa de nossos juízes.

Elton Frederick, mestre em Ciência Política pela PUC/SP, é especialista em Política e Relações Internacionais. E-mail: eltonfrederick@gmail.com

# GAZETA DO POVO

MARCOS AUGUSTO MALISKA

08 MAI 2012

## **A decisão sobre as cotas**

A decisão do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, pela constitucionalidade da política de cotas étnico-raciais para seleção de estudantes da Universidade de Brasília, ratificou entendimento que se consolidou no âmbito do controle incidental de constitucionalidade nas inúmeras ações judiciais individuais propostas em todo o país. O amplo debate ocorrido no controle difuso de constitucionalidade deixou ao STF a tarefa de ratificar o entendimento que melhor se coaduna com a Constituição Brasileira de 1988.

No contexto de uma sociedade pluralista como a brasileira, com um passado escravocrata, experiência de crescimento econômico concentrado com ampla desigualdade, a única interpretação possível de modo a dar sustentabilidade ao processo de consolidação da nossa democracia foi a dada pelo STF.

O caráter temporário dessa política, visto que ela se dirige para a correção de uma desigualdade e, portanto, tem estreita vinculação com esse pressuposto, também ficou assentado na decisão. Da mesma forma a relação entre igualdade e diferença, na precisa citação de Boaventura de Sousa Santos feita pelo ministro relator: "Temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades". A política de cotas tem um efeito simbólico de reconhecimento da diferença. Ela supera todas as tentativas históricas de assimilação e homogeneização que a modernidade e seus princípios universalistas tentaram construir.

O princípio do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística segundo a capacidade de cada um (art. 208 V da Constituição Federal) também foi levado em consideração na decisão. Segundo o ministro relator, a Constituição de 1988, "ao mesmo tempo em que estabelece a igualdade de acesso, o pluralismo de ideias e a gestão democrática como princípios norteadores do ensino, também acolhe a meritocracia como parâmetro para a promoção aos seus níveis mais elevados". Portanto, a razoabilidade da política de cotas está no equilíbrio da aferição das aptidões dos candidatos, de maneira a "conjugarem seu conhecimento técnico e sua criatividade intelectual ou artística com a capacidade potencial que ostentam para intervir nos problemas sociais".

Considerando que a política de cotas está pautada nas características fenotípicas da pessoa e não apenas de origem, é provável que o STF volte novamente a se pronunciar sobre uma discussão que está ocorrendo no âmbito do controle incidental de constitucionalidade no tocante à autodeclaração e ao papel das comissões institucionais que avaliam essa autodeclaração.

Marcos Augusto Maliska, professor do Mestrado em Direito da UnB, é procurador-chefe da UFPR.

08 MAI 2012

GAZETA DO POVO

# Caso Carli Filho completa três anos de impunidade

Ex-deputado responde ao andamento da ação em liberdade; pena pode variar de 9 a 30 anos

**PONTA GROSSA**

*Marla Gizele da Silva, da sucursal*

■ O acidente que matou os jovens Gilmar Rafael Souza Yared, 26 anos, e Carlos Murilo de Almeida, 20, e feriu o ex-deputado estadual Luiz Fernando Ribas Carli Filho completou três anos ontem. Sem manifestações ou cultos, o cruzamento onde ocorreu o acidente, em Curitiba, recebeu faixas em lembrança às vítimas. O ex-deputado responde ao andamento da ação em liberdade e pode ir a júri popular entre o fim deste ano e o primeiro semestre de 2013, conforme previsão da assistência de acusação.

O ex-deputado foi denunciado pelo Ministério Público e pronunciado em primeira instância por duplo homicídio com dolo eventual (quando não se tem a intenção de matar, mas assume-se o risco pelos atos). Carli Filho iria a júri popular de acordo com parecer da Justiça, dado em janeiro do ano passado, porém a defesa recorreu em segunda instância ao Tribunal de Justiça do Paraná. Os desembargadores mantiveram a decisão e a realização do júri, mas houve novo recurso da defesa

Carli Filho estava alcoolizado e trafegava com velocidade entre 161 e 173 quilômetros por hora no momento da colisão com o carro das vítimas, conforme o Instituto de Criminalística. Dessa forma, a acusação requereu a embriaguez como qualificadora do crime, no entanto, os desembargadores desconsideraram o fator. Mesmo sem as qualificadoras, a pena pode variar de 9 a 30 anos.

Por isso, acusação e defesa recorreram das decisões e, atualmente, o Tribunal de Justiça aguarda as contra-razões para então examinar se encaminha o recurso da acusação para o Superior Tribunal de Justiça e o recurso da defesa para o Supremo Tribunal Federal. "O processo está aguardando o pronunciamento final da defesa para remessa ao vice-presidente do Tribunal de Justiça que decidirá se os recursos seguirão ou não para os tribunais superiores em Brasília", afirma o assistente de acusação, Elias Mattar Assad.

Um dos advogados do escritório de René Dotti, que atende o ex-deputado, Gustavo Scandelari, acrescenta que também há pendências da acusação. "Os autos estão nas mãos da acusação desde 17 de abril para eles se manifestarem sobre recursos da defesa", completa. Após tramitados todos os

prazos, o TJ ainda pode definir pelo júri popular sem encaminhar o processo para Brasília. Neste caso, a defesa ainda tem uma última chance de recurso, porém, o caso passaria a tramitar mais rapidamente.

## Família

Após o acidente, o ex-deputado renunciou ao cargo e passou a morar em Guarapuava, na Região Central do estado, onde cuida dos negócios da família. A mãe de Gilmar, Christiane Yared, montou em junho de 2010 o Instituto Paz no Trânsito, que presta assessoria em autoescolas e ministra palestras em escolas e empresas. "O instituto é uma ferramenta para ajudar a sociedade e temos colhido vitórias: são frutos da dor que sofremos", diz Christiane.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ACONTECIMENTOS

## 08 MAI 2012

Veja o desdobramento do caso:

**2009**

**7 de maio** – Morte dos jovens Gilmar Yared e Carlos Almeida e ferimentos em Carli Filho

**29 de maio** – Renúncia do cargo do ex-deputado Carli Filho

**26 de agosto** – Denúncia do Ministério Público contra Carli Filho por duplo homicídio doloso eventual

**2010**

**10 de agosto** – Carli Filho fala pela primeira vez em juízo e diz não se lembrar dos fatos

**2011**

**17 de janeiro** – 2ª Vara Criminal pronuncia Carli Filho e determina júri popular

**7 de maio** – Protesto na Boca Maldita, no Centro de Curitiba, lembra os dois anos do acidente

**16 de junho** – Tribunal de Justiça mantém decisão de júri popular

**2012**

**Atualmente** – Tribunal de Justiça aguarda pareceres da defesa e acusação para decidir se encaminha, ou não, o caso para os tribunais superiores em Brasília

» DIÁRIOS SECRETOS

## Decisão liminar do TJ libera Bibinho, preso há dois meses

Karlos Kohlbach

■ Em decisão liminar, o Tribunal de Justiça do Paraná determinou ontem a soltura do ex-diretor geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel, o Bibinho. O mérito do pedido será julgado nas próximas semanas pelos desembargadores da 2.ª Câmara Criminal do TJ, que podem manter ou revogar a decisão liminar. Bibinho estava preso desde o dia 6 de março, acusado de atrapalhar o andamento dos dois processos que responde na Justiça. O ex-diretor é acusado pelo Ministério Público de formação de quadrilha, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e pelo desvio de pelo menos R\$ 200 milhões dos cofres da Assembleia no escândalo dos "Diários Secretos", revelado pela Gazeta do Povo e pela RPCTV.

Na decisão, a juíza substituta Lillian Romero afirmou que não havia mais motivos para manter Bibinho preso, uma vez que a fase de instrução dos dois processos já estava encerrada. Assim, ele não teria como atrapalhar o trâmite processual, motivo pelo qual ele foi detido. O próprio Ministério Público, que havia pedido a prisão do ex-diretor, opinou pela soltura de Bibinho. Até o fechamento desta edição, Abib Miguel permanecia preso no Centro de Triagem II em Piraquara, na região metropolitana de Curitiba. Segundo o advogado Eurolino Reis Sechinell, o ex-diretor deve ser solto hoje. Desde a prisão, em março, o advogado sustentava que a prisão de Bibinho era "abusiva".

O pedido de liberdade foi apreciado pela juíza substituta porque o desembargador do TJ José Maurício Pinto de Almeida estava de férias. O advogado Eurolino Reis Sechinell, que defende Bibinho, afirmou que isso não passa de uma coincidência. "Não impetrei o habeas corpus porque ele estava de férias", justifica Sechinell. O advogado explicou que entrou com esse pedido de liberdade depois que a juíza da 9.ª Vara Criminal de Curitiba, Ângela Raminna, manteve a prisão do cliente.

O pedido à juíza foi feito logo após a audiência dos dois processos criminais, no último dia 10 de abril. Durante a audiência, Bibinho não respondeu a nenhum questionamento feito pela juíza, alegando que o advogado não estava presente. Sechinell estava em Foz de Iguaçu representando outro cliente. Mesmo assim, a Justiça deu prosseguimento aos processos e encerrou a fase de oitivas de testemunhas e do acusado. O processo está agora em fase de alegações finais para depois ser sentenciado. A expectativa é que Bibinho seja julgado ainda neste ano.

# A cada 2 horas, uma mulher é morta

Na maioria dos casos no Brasil, namorado, marido ou ex-companheiro é o responsável pelo assassinato da parceira

▮ A cada duas horas, uma mulher é morta no Brasil. Na maioria dos casos, o assassino é o namorado, marido ou ex-companheiro, que mata dentro de casa, após já ter cometido pelo menos um ato de agressão. Os dados constam do Mapa da Violência de 2012 — Homicídio de Mulheres e mostram que, em uma lista de 87 países, o Brasil é o sétimo que mais mata. Em 2010, foram 4.297 casos ou 4,4 assassinatos por 100 mil habitantes.

Na comparação por faixa populacional, o Espírito Santo é o primeiro do ranking. Com taxa de 9,4 mortes, representa o dobro da média brasileira e o triplo do índice de São Paulo, o penúltimo da lista. O Piauí é o menos violento, de acordo com o estudo elaborado pelo sociólogo Julio Jacobo, com base nos dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

No mapa das capitais, as Regiões Norte e Nordeste são as mais problemáticas. Porto Velho, Rio Branco, Manaus e Boa Vista, por exemplo, têm mais de dez mortes por grupo de 100 mil habitantes. Na contramão, Brasília registra 1,7. Mas, seja qual for a região, as principais vítimas são, normalmente, mulheres de 20 a 29 anos.

A pesquisa é a primeira a registrar estatísticas regionais e, por isso, pode representar um marco na definição de políticas públicas. "Quando o assunto é violência contra a mulher, não existe uma fórmula pronta. Por isso, é importante conhecer as realidades locais, para trabalhar cada particularidade, especialmente as culturais. Muitas toleram uma agressão em 'nome da honra', por exemplo. De toda forma, qualquer que seja o trabalho, ele deve contar com a força policial. Foi assim que o Piauí se destacou", diz Jacobo.

## Violência doméstica

Diferentemente do cenário de violência masculina, a agressão contra a mulher dificilmente acontece no bar ou no local de trabalho, mas na residência, nas ruas ou mesmo na escola. Ainda segundo o estudo, o agressor usa, em 53,9% dos casos, armas de fogo.

A redução dos conflitos domésticos está, segundo o Instituto Patrícia Galvão — especializado em violência contra a mulher —, na construção de uma rede protetora que dê suporte psicológico à vítima. "Não basta abrir mais delegacias especializadas pelo país. A mulher dificilmente faz a denúncia imediatamente. Muitas vezes, ela até se sente culpada ou na obrigação de salvar o casamento. E nessa hora que precisa encontrar uma rede de acolhida para desabafar e receber orientação, antes de procurar a polícia", diz Jacira Melo, diretora executiva da entidade.

## ESTABILIDADE

Nos últimos 14 anos, o índice nacional de homicídios de mulheres se manteve estável. A menor taxa registrada no período é de 2007, ano em que entrou em vigor a Lei Maria da Penha. Foram 3.772 casos — taxa de 3,9.

## CONTINUA

# 08 MAI 2012

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

#### Paraná tem a 3.<sup>a</sup> maior taxa de óbitos femininos

Com uma taxa de 6,3 mulheres assassinadas para cada grupo de 100 mil, o Paraná foi apontado pelo Mapa da Violência como o terceiro estado com o maior índice de homicídios femininos. Foram 388 assassinatos de mulheres registrados em 2010, ano de referência do estudo. O índice paranaense supera a média nacional, que ficou em 4,4 mortes, e é maior do que a de países como Colômbia (6,2), Belize (4,6) e Cazaquistão (4,3).

O Paraná tem, ainda, cinco municípios com mais de 26 mil habitantes entre os 50 com mais casos de assassinatos de mulheres em relação à própria população feminina. Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba, ocupa o segundo lugar no ranking, com 11 vítimas de homicídio e taxa de 24,4. As outras cidades citadas na lista são Araucária (22.<sup>o</sup> lugar), Fazenda Rio Grande (32.<sup>o</sup>), Telêmaco Borba (39.<sup>o</sup>) e União da Vitória (46.<sup>o</sup>).

Curitiba aparece em 59.<sup>o</sup> lugar. De acordo com o estudo, a capital paranaense teve taxa de 4,7 (95 homicídios). Apesar de ser superior ao índice nacional, a cidade está em 21.<sup>o</sup> lugar no ranking das capitais com mais casos de violência contra a mulher.

# 08 MAI 2012

## GAZETA DO POVO

### CELSONASCIMENTO

#### **OLHO VIVO**

#### **Revoga? 1**

O governo estadual aceitou e, ao que parece, nem pensa em recorrer da decisão do Tribunal de Justiça que considerou ilegal a transferência de recursos recolhidos pelo Detran para a área de Segurança Pública. O entendimento do TJ seguiu a doutrina clássica que diferencia imposto de taxa. Ao contrário do imposto, que pode ter aplicação discricionária, a taxa só pode ser destinada a custear os serviços para as quais elas existem. Logo, tarifas do Detran não podem ser transferidas para outros fins.

#### **Revoga? 2**

Disto resultam algumas indagações: a) onde estava a assessoria jurídica do governador Beto Richa quando o aconselhou a propor a lei que tirava dinheiro do Detran para repassar à Segurança?; b) se o "tarifaço" tinha em sua origem finalidade ilegal, o governo vai revogar a lei e retroceder as taxas do Detran aos níveis apenas necessários para seu custeio? Se não o fizer, ficará ainda mais caracterizada a espoliação contra o contribuinte.

#### **Revoga? 3**

É mais um detalhe: conformado com a decisão judicial, o governo já anunciou que remanejará o Orçamento para garantir os recursos de que a Segurança Pública precisa, conforme disse ontem em sessão especial na Assembleia o secretário Armelinda Cesar. Isto é, o governo vai tirar de outras áreas da administração verbas que já estavam comprometidas para elas. Se isto agora é visto como possível, por que então o governo fez a opção pelo tarifaço e pela imposição do sacrifício ao contribuinte?

# GAZETA DO POVO

» SEGURANÇA

## Sem verba do Detran, Rícha vai remanejar orçamento

08 MAI 2012

■ O governo do estado vai precisar mexer nos cofres para garantir pelo menos R\$ 250 milhões para ações de segurança pública no Paraná. Para desenvolver todos os projetos previstos para este ano, o Executivo precisa de R\$ 500 milhões e já tinha garantido a metade desse valor. O restante viria da receita do "tarifaço" do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran), cujos recursos seriam transferidos para o Fundo Estadual da Segurança Pública (Funesp). A operação, porém, foi vetada pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) na última semana. Por enquanto, apesar de garantir que não vai faltar dinheiro para o setor, o governo não sabe dizer de onde vai tirar o recurso.

Durante o lançamento oficial da Unidade Paraná Seguro (UPS) no Parolin, em Curitiba, o governador Beto Rícha (PSDB) disse que a falta da receita do Detran não vai atrapalhar os planos para a segurança pública. "Nós precisamos de recursos, não há milagre para mudar essa dura realidade na segurança pública do estado, mas há meios de remanejamento de orçamento para garantir os recursos necessários para todo esse planejamento de obras e ações", afirmou.

O secretário de Segurança Pública, Reinaldo de Almeida César, que esteve na Assembleia Legislativa ontem para falar das ações da pasta, também garantiu que nenhum proje-

to deixará de ser realizado por falta de verba. "É evidente que contávamos com os recursos do Detran, mas decisão judicial se respeita e se cumpre", afirmou. "Cumpriremos integralmente o que está previsto no Programa Paraná Seguro."

Segundo César, além de processos de financiamento junto ao BID e BNDES, que já estariam em fase consolidação, novas fontes de financiamento vão ser buscadas juntamente com os remanejamentos dentro do caixa do Estado. "Trabalhamos intensamente para a redução do custeio da máquina e a arrecadação do Estado vem aumentando. Isso [a decisão do TJ] não vai prejudicar nem um milímetro a segurança no Paraná", declarou.

## COLUNA DOS LEITORES

### Taxas do Detran 1

Em meio a tantos escândalos de corrupção, a população nunca sabe o fim que terá o dinheiro público. Sou a favor da transparência nos serviços. Como exemplo, onde é aplicado o dinheiro das arrecadações investidas no Detran. Concordo que o "tarifaço" do Detran deva ir para a tão necessitada Funesp. Assim, saberíamos que existe equilíbrio entre os departamentos do serviço público.

**Lulza Adena Engers**

### Taxas do Detran 2

Para o cidadão comum pouco importa se é constitucional ou não o repasse da arrecadação de taxas do Detran. Apesar de a inconstitucionalidade ser certa, visto que as taxas do Detran devem ser gastas apenas com atividades relacionadas ao próprio órgão, o problema não reside aí. É sim em utilizar esse repasse como fundamento para aumento abusivo nas taxas do Detran, prejudicando o bolso dos cidadãos.

**Camille Wilsek**

# 08 MAI 2012

## GAZETA DO POVO

### COLUNA DOS LEITORES

#### **Congresso e Judiciário 1**

Os poderes são independentes e seria Inconstitucional o Legislativo modificar atos normativos do Judiciário. Por outro lado, às vezes, vemos nossa Justiça tomando decisões equivocadas. A Justiça é cega; riu com ela e chorou sem ela.

**Mauro Pedro Ribeiro de Castro**

#### **Congresso e Judiciário 2**

Penso que Justiça e política devem ficar bem separadas. Fico imaginando os nossos políticos com esse poder; seria normal a Justiça condenar e os políticos absolver. Com certeza, não quero que isso aconteça no Brasil; não seria bom para os meus netos. Tenho muita preocupação com o futuro deles e vejo na Justiça a esperança de um Brasil melhor.

**João Arnaldo Hobmeir**

#### **Congresso e Judiciário 3**

Antes de tudo, o Judiciário é o guardião das leis. A função de elaborar as leis é do Legislativo. Se o Legislativo anda devagar a culpa é nossa, que votamos mal. Mas não podemos permitir que o Judiciário legisle. Isso é perigoso para a democracia.

**Sidney Pigato**

#### **STF e afeto**

Finalmente, o STJ mudou o entendimento anterior e concedeu a indenização a uma filha por falta de afeto! Pais ou mães que abandonam seus filhos menores devem sim responder pelos danos causados, sejam eles morais ou materiais. Da mesma forma, os filhos que abandonam os seus pais idosos ou enfermos também estão sujeitos a responder pelos danos.

**Edna Debastiani Dias**

#### **SEMINÁRIO**

##### **III encontro adoção consciente**

» **COM DIVERSAS:** palestras e depoimentos, comemorando o dia nacional da adoção – 25 de maio.

» **DATA:** 19 de maio (das 8 às 17h30).

» **LOCAL:** Rua Brasilino Moura, 474 – Ahu.

» **INFORMAÇÕES:** (41) 3353-7895 ou [www.adocaoconsciente.com.br](http://www.adocaoconsciente.com.br)

#### **NOTA POLÍTICA**

##### **Último dia**

Amanhã é o último dia para o eleitor de Curitiba fazer o recadastramento biométrico. Quem deseja mudar de domicílio eleitoral ou tirar o título pela primeira vez também só tem até amanhã. Em Curitiba, o cidadão deve procurar a Central de Atendimento ao Eleitor, que fica na rua João Parolin, Nº. 55 e funciona das 9h às 18h.

08 MAI 2012

» DIREITOS

GAZETA DO POVO

# Desafio é colocar estatuto em ação, afirma ministra

Aberta pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, conferência debate políticas para crianças e adolescentes

Apesar de crianças e adolescentes terem um estatuto próprio há 22 anos, ainda faltam ações práticas que garantam os direitos contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. O maior desafio é deixar de tratar isoladamente os jovens e elaborar políticas globais, como afirmou ontem a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário. "Precisamos de diretrizes globais com políticas inclusivas e de promoção humana", ressaltou a ministra durante a abertura da Conferência Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente do Paraná, que segue até amanhã, no Teatro Positivo.

Para isso, é necessário colocar em prática o Plano Decenal dos Direitos das Crianças e Adolescentes, em vigor desde 2011. "Os governos federal, estadual, municipal, e os poderes Judiciário e Legislativo têm o dever de formular práticas que contemplem essas diretrizes", ressaltou a ministra.

## Orientação

A principal finalidade do plano é orientar o poder público a implementar políticas, ao longo dos próximos 10 anos, que garantam os direitos infanto-juvenis, como acesso à educação, saúde, segurança e profissionalização. Também se devem promover ações de prevenção de violências no seio familiar e de erradicação da pobreza extrema. "Temos que ampliar o acesso de crianças e adolescentes e suas famílias aos serviços de proteção social básica", afirma o presidente estadual do Conselho dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, Luciano Rosa.

Porém, dificuldades estruturais e de planejamento têm impedido que esse plano seja colocado em prática. "O plano não funciona integralmente. Os governos estaduais e municipais têm dificuldades para colocá-lo em prática", diz.

Segundo ele, a participação popular pode ajudar no desenvolvimento das ações. "Faltam mobilização e conhecimento da sociedade", acredita Rosa.

## Jovens vieram de Nova Esperança

Além de serem o tema da conferência, os adolescentes também participam ativamente dos debates. Cerca de cem delegados "mirins" de todas as regiões do estado participam do encontro. Mas o des-

## OBJETIVOS

Veja alguns pontos tratados no Plano Decenal, voltado a crianças e adolescentes:

Fortalecer as competências familiares em relação à proteção integral e educação em direitos humanos.

Promover ações educativas de prevenção de violências e acidentes nas famílias e nas instituições de atendimento.

Universalizar o acesso a políticas que garantam direitos e contemplem a superação das desigualdades e inclusão social.

Erradicar a pobreza extrema e a fome, articulando poder público e sociedade.

Expandir e qualificar políticas de atenção integral à saúde.

Universalizar o acesso a educação básica e expandir a educação integral. Consolidar a oferta de ensino profissionalizante, com fomento à inserção no mercado.

taque fica para um grupo de adolescentes do município de Nova Esperança, que participa voluntariamente do evento. O estudante Lucas Bertolucci (ao centro), 15 anos, foi o responsável por organizar a excursão com mais 16 colegas. "Temos que ser os protagonistas nesse debate", afirma.

**06 MAI 2012**

# GAZETA DO POVO

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
EXTRATO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO PROVISÓRIA  
AO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2012 PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE JUIZ  
SUBSTITUTO DO ESTADO DO PARANÁ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná torna público que estarão abertas no período de 30 de abril a 29 de maio de 2012, pela INTERNET, no site do Tribunal de Justiça ([www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br)), as inscrições ao Concurso Público para provimento de cargos de JUIZ SUBSTITUTO.

1) Para inscrever-se o candidato deverá preencher, na data da inscrição, os seguintes requisitos: a) ser brasileiro, nato ou naturalizado; b) estar em pleno exercício dos direitos civis e políticos e quite com as obrigações eleitorais e militares; c) haver concluído o curso de Direito, por faculdade oficial ou reconhecida; d) o exercício de atividade jurídica pelo período mínimo de três anos, conforme o que dispõe o inciso I do artigo 93 da Constituição Federal, regulamentado pela Resolução nº 75, de 12 de maio de 2009, do Conselho Nacional de Justiça; e) gozar de boa saúde física e mental, e não apresentar deficiência que o incapacite para o exercício da magistratura; f) não possuir antecedentes criminais e não ter sofrido penalidades no exercício de cargo público, advocacia ou atividades profissionais.

LOCAL: pela Internet, no site do Tribunal de Justiça [www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br).

PERÍODO: de 30 de abril a 29 de maio de 2012.

HORÁRIO: a partir do dia 30 de abril até o limite do horário bancário do dia 29 de maio para o preenchimento da ficha de inscrição.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)

LOCAL PARA PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO: Qualquer agência bancária, no território nacional (preferencialmente no Banco do Brasil) inclusive pela Internet através do bankline.

INSTRUÇÕES: O interessado deverá requerer a Inscrição Preliminar, preencher a ficha de inscrição e imprimir o boleto bancário referente ao pagamento da taxa de inscrição no período e site acima indicados; fazer o recolhimento da taxa de inscrição até o último dia do prazo, observando o horário bancário. As inscrições somente serão processadas após o recolhimento da taxa de inscrição. O pagamento da taxa de inscrição não implica a aceitação automática da inscrição, cuja validade depende de deferimento pela Comissão do Concurso, ato este que outorga o direito de submeter-se à prova objetiva (primeira etapa do Concurso).

O EDITAL de Abertura do Concurso (Edital nº 01/2012), o requerimento das inscrições preliminares e o boleto bancário estão disponíveis no site do Tribunal de Justiça ([www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br)).

Tribunal de Justiça do Estado, Secretaria do Concurso, 30 de abril de 2012.

**DES. MIGUEL KFOURI NETO**

Presidente

**08 MAI 2012**  
**INDÚSTRIA E COMÉRCIO**  
**CNJ apresenta ao TJPR**  
**o resultado de suas atividades**

Na última quinta-feira (3), foi entregue ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Miguel Kfourí Neto, pela equipe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o resultado da primeira etapa das atividades que objetivam padronizar o setor de precatórios de todos os tribunais do país, (conforme determina a Emenda Constitucional nº 62 e a Resolução nº 115).

No Tribunal do Paraná, segundo a juíza auxiliar do CNJ, que coordenou o trabalho, Agamenilde Dantas, o setor está em conformidade com as normas e tem uma estrutura adequada. O setor de precatórios do TJ é formado por mais de 21 servidores, 13 estagiários, um juiz e um supervisor.

O setor conta ainda com uma divisão administrativa, com 10 servidores; uma divisão de controle de contas, responsável pela apuração da ordem cronológica de pagamentos dos títulos; uma divisão de cálculos com quatro contadores e dois técnicos judiciários e, uma divisão jurídica com três servidores.

**SUGESTÃO** - A juíza ressaltou ao presidente do TJ que o trabalho que o CNJ está desenvolvendo não é de fiscalização, mas de parceria, ajuda e contribuição e sugeriu ao magistrado somente o aprimoramento da conciliação e a desconcentração dos precatórios no âmbito do Tribunal paranaense.

08 MAI 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# TJ-PR declara inconstitucional vinculação de taxas do Detran

Por 11 votos a 9, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná acatou nesta sexta-feira, 4, a liminar apresentada pela bancada da Oposição na Assembleia Legislativa (Alep) que declara inconstitucional a vinculação das taxas do Departamento de Trânsito do Paraná (Detran) ao Fundo Estadual de Segurança Pública e ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Os desembargadores entenderam que o governador Beto Richa (PSDB) não pode, por um ato unilateral, remanejar os recursos arrecadados pelo Detran, na medida que as taxas arrecadadas são tributos que têm finalidade específica, o exercício de poder de polícia ou o custo de serviço público, a elas vinculadas.

A bancada, autora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o tarifação do Detran, aguardará a publicação do acórdão no Diário Oficial de Justiça para verificar os efeitos práticos da decisão.

"O governador não poderá rema-



A bancada, autora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra o tarifação do Detran, aguardará a publicação do acórdão no Diário Oficial de Justiça para verificar os efeitos práticos da decisão

nejar os recursos arrecadados pelo Detran conforme a sua conveniência", ressaltou o líder da Oposição, deputado Elton Welter (PT).

O deputado estadual Enio Verri (PT), que atuou como líder da bancada em 2011, quando foi proposta a ADI, destacou a importância de decisão. "A justiça confirma que estávamos corretos na nossa crítica",

comemorou.

Assinam a ADI os deputados estaduais Luciana Rafagnin, Elton Welter, Péricles de Mello, Professor Lemos, Tadeu Veneri, Toninho Wandacheer, do PT, além de Anibelli Neto, do PMDB. O senador Roberto Requião, do PMDB, também subscreve a representação ao Ministério Público.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Tem início  
audiência  
pública  
da Lei Seca.

08 MAI 2012

Começou na tarde de ontem (7) a audiência pública promovida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discutir a Lei 11.705/2008, a chamada Lei Seca, que contará com a presença de 30 palestrantes para debater, nos dias 7 e 14 de maio, as implicações entre bebida e direção. Entre os expositores estão representantes de órgãos governamentais e não governamentais, autoridades, especialistas em trânsito e da área médica e jurídica. Deverão ser abordadas questões como o efeito do álcool sobre o motorista, a venda da bebida à beira das rodovias e a avaliação do funcionamento da lei até agora.

A audiência é uma medida preparatória para o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4103, ajuizada no STF pela Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento (Abrasel) para questionar dispositivos da Lei 11.705/08. O relator da ação, ministro Luiz Fux, será o responsável pela condução dos trabalhos da audiência.

O evento é aberto ao público e será realizado a partir das 15h, na Sala de Sessões da Primeira Turma, no Anexo II-B do STF, 3º andar. De acordo com regras de cerimonial, a entrada na Sala de Sessões requer o uso de terno e gravata, para homens, e vestidos, tailleurs ou terninhos, para mulheres. A audiência pública será transmitida, ao vivo, pela TV Justiça e pela Rádio Justiça. Um telão, localizado na Sala de Sessões da Segunda Turma do STF (Anexo II-B, 4º andar), também irá transmitir as palestras em tempo real.

## Juíza Lecir Alencar será removida para o TRT-PR

A juíza Lecir Maria Scalassara Alencar será investida no cargo de Juiz Substituto do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná (TRT-PR). Ela é oriunda do TRT do Pará/Amapá e vem para o TRT-PR por meio de processo de remoção. A cerimônia ocorrerá nesta terça-feira, 8, às 17 horas, no Gabinete da Presidência do Tribunal – Alameda Dr Carlos de Carvalho, 538, 12º andar.

Lecir Maria Scalassara Alencar é natural de Mandaguaiçu, no interior do Paraná. Formou-se em Direito pela Universidade

Estadual de Maringá, onde mais tarde cursou mestrado e lecionou por quase dez anos. A carreira como professora não parou em Maringá. Especialista em proteção jurídica do meio-ambiente pela Universidade de Castilha, na Espanha, a juíza também deu aulas em Londrina, na pós-graduação em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). É autora do livro "Poluição Marinha e Proteção Jurídica Internacional", publicado em 2008 pela Jurua Editora.

08 MAI 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# Índios tiram primeiro documento em mutirão

Projeto Cidadania, Direito de Todos, foi promovido pelo CNJ em Manaus

O mutirão do projeto Cidadania, Direito de Todos, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na última sexta-feira (4/5), em Manaus (AM), possibilitou a muitos indígenas acesso a documentos básicos pela primeira vez em suas vidas. Foi o caso de Teraldo Pinto Tavana – índio de 87 anos, da etnia Kokama, que recebeu a certidão de nascimento durante a ação ocorrida no Centro de Convivência com o Idoso, no bairro de Aparecida.

Tavana é deficiente visual e estava acompanhado pelo filho Pedro Jullão Tauna, de 51 anos, que aproveitou o mutirão para obter outros documentos para o pai – como a carteira de identidade e o CPF. “Por falta desses documentos, não conseguia dar entrada na aposentadoria do meu pai na Previdência Social”, desabafou o filho. “Agora, esperamos ser observados pela sociedade”, destacou.

A mesma esperança tem Maria Neves da Silva, também da etnia Kokama. Ela não possuiu nenhum documento. A primeira fila do mutirão que enfrentou foi para obter o Rani – Registro Administrativo de Nascimento Indígena. “Nunca tive a oportunidade de tirar os documentos, mas hoje (sexta-feira, 4/5) vou conseguir”, ressaltou.

Erlani Queiroz Peixoto, índia de 24 anos da etnia Mura, também foi ao mutirão para retirar o Rani para ela e as três filhas pequenas. “Só tenho os documentos dos brancos. O indígena, vou tirar agora”, contou empolgada. Ela explicou por que. “Nos mudamos para um bairro próximo a Manaus, que é uma área indígena. E só pode morar lá quem tem o registro de nascimento indígena”, destacou.

Aos 62 anos, Etelvina de Oliveira Montelro, também da etnia Mura,

conseguiu obter seu Rani durante o mutirão. “Esse documento vai ser importante para fazer valer meus direitos”, disse a senhora, que também aproveitou para retirar a segunda via de outro importante documento. “Tenho identidade, CPF e título de eleitor. Também tenho a certidão de nascimento, mas como ela já está rasgada, vou aproveitar para tirar uma nova”, explicou.

Segunda via de documentos, aliás, foi um serviço bastante procurado durante o mutirão. Foi o caso de Inácia Teixeira Melo, índia de 51 anos da etnia Terenas, que precisava de uma nova identidade. “Essa ação é muito importante, pois é muito difícil para nós pegar uma condução e correr atrás desses documentos”, afirmou.

Outras ações deverão ser realizadas no Amazonas. O presidente da Comissão de Acesso à Justiça do CNJ, responsável pelo projeto Cidadania, Direito de Todos visita neste sábado (5/5) São Gabriel da Cachoeira, cidade amazonense com grande concentração de indígenas, localizada nas fronteiras com a Colômbia e Venezuela. O objetivo é estudar as possibilidades de se realizar um mutirão para a expedição de documentos na região.

O projeto Cidadania, Direitos de Todos foi criado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2010 com o objetivo de combater o sub-registro entre os indígenas e promover o acesso a documentos básicos a essa população.

Em Manaus, o mutirão foi promovido em parceria com Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), a Secretaria de Direitos Humanos da República (SDH), a Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania (SEAS) e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

# JORNAL DO ESTADO

Justiça

08 MAI 2012

O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Fernando Swain Ganem, participará da sessão de hoje da Assembleia para apresentar a opinião da entidade sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que permite a participação dos 120 desembargadores na eleição da cúpula diretiva do Tribunal de Justiça, e não somente dos 25 magistrados que integram o Órgão Especial do TJ. A PEC foi apresentada pela Comissão Executiva do Legislativo, com o apoio das lideranças partidárias. Os juristas Romeu Felipe Bacellar Filho e René Dotti já se manifestaram a respeito do assunto, em sessões anteriores, apontando a inconstitucionalidade da iniciativa.

LIVRE **JORNAL DO ESTADO**  
**Juíza concede habeas corpus  
para soltar Bibinho**

**08 MAI 2012**

A juíza substituta Lillian Romero, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, concedeu ontem habeas corpus determinando a soltura do ex-diretor geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, preso desde março sob a acusação de tentar atrapalhar o processo no qual é apontado como "cabeça" de um esquema que teria desviado mais de R\$ 100 milhões da Casa através da contratação de funcionários "fantasmas". Ela aceitou os argumentos da defesa segundo o qual a fase de instrução do processo já teria sido concluída, e que "Bibinho", como é conhecido o ex-diretor, estaria com a saúde abalada, a sustentar que o paciente estaria com a saúde abalada, "conforme atestado por médicos, inclusive com ideação suicida".

Bibinho foi preso a pedido do Ministério Público, sob a acusação de tentar protelar o processo. Seus advogados chegaram a alegar que ele estaria sofrendo de problemas psicológicos, e por isso, não teria condições de responder as acusações na Justiça. Na ocasião, a defesa pediu o adiamento do processo por seis meses. Um laudo oficial feito a partir de perícia do Instituto Médico Legal, porém, apontou que ele teria perfeitas condições para responder as ações judiciais.

A prisão de Bibinho foi pedida pelo MP porque ele teria se recusado a prestar depoimento na Justiça. No dia 13 de março, o desembargador José Maurício Pinto de Almeida negou pedido de habeas corpus apresentado pela defesa. No último dia 10 de abril, ele foi finalmente ouvido em juízo, mas se recusou a falar. Mesmo assim, a audiência encerrou a fase de depoimentos do processo.

Ao apreciar o novo pedido de habeas corpus, a juíza Lillian Romero considerou que como ele já havia sido ouvido,

não haveria mais razão para mantê-lo na prisão. "Com efeito, encerrada a instrução criminal, não há mais que se falar em manutenção da custódia cautelar do paciente por conveniência da mesma instrução", considerou a juíza.

08 MAI 2012

## FOLHA DE S. PAULO

# Uso de celular por preso pode se tornar crime no novo Código Penal

Comissão que estuda mudanças na lei propôs também acabar com o crime de desacato

A comissão de juristas que estuda mudanças no Código Penal aprovou ontem a criminalização do uso de celulares por presidiários.

Atualmente, a lei prevê punição para quem facilita a entrada de aparelho telefônico ou rádio nas celas. O responsável por fazer o aparelho chegar ao detento pode pegar de três meses a um ano de prisão. Já um detento que portar ou usar um celular responde administrativamente.

Pela Lei de Execuções Penais, o fato é considerado uma 'falta grave' e impede a

progressão de pena ou a saída temporária. Com a nova proposta, o porte continua merecendo apenas a advertência, mas o uso passa a ser criminalizado, seja detectado por flagrante ou escuta. A pena desse preso pode ser aumentada em até um ano.

"Queremos corrigir uma falha técnica. Hoje é crime conduzir o aparelho para o presídio, mas não é crime usar, não faz sentido. O uso pode servir para praticar crimes diversos", disse o relator, Luiz Carlos dos Santos Gonçalves.

### DESACATO

Ontem a comissão também propôs a extinção do crime por desacato à autoridade, que hoje prevê pena de seis meses a dois anos de prisão.

Caso a lei mude, o cidadão que desrespeitar um servidor público, durante o desempenho de sua função, deverá responder pelo crime de injúria (que já existe no Código), mas com punição dobrada.

Atualmente, o crime de injúria prevê detenção de seis meses a um ano para quem insultar ou ofender outra pessoa. Mas, se for contra uma autoridade, a pena passará a variar entre um e dois anos.

A punição será ainda maior caso o acusado chegue a agredir o servidor público fisicamente — de um a três anos.

A pedido do presidente da comissão e ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Gilson Dipp, o prazo para entrega do anteprojeto do Código deve ser aumentado em um mês — até 25 de junho.

### > SAIBA MAIS

## FLAGRADO COM APARELHO FICA ISOLADO EM SP

No Estado de São Paulo, o preso que for flagrado usando telefone celular nas penitenciárias pode ficar de dez a 30 dias detido em um pavilhão disciplinar.

Nesse período, ele fica completamente isolado. Não pode receber nenhum tipo de visita, nem a íntima, e não pode tomar banho de sol.

"É uma punição administrativa por descumprir uma norma da Secretaria da Administração Penitenciária", diz o presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários de SP, Daniel Grandolfo.

08 MAI 2012

# FOLHA DE S. PAULO

JUSTIÇA

## **CNJ deve priorizar processos contra juízes corruptos**

**DE BRASÍLIA** - Na sessão de hoje do CNJ, a primeira de Carlos Ayres Britto como presidente, seus conselheiros deverão estabelecer como prioritários os processos contra juízes e servidores que respondem por prática de improbidade administrativa, peculato ou corrupção.

Essa foi a maior polêmica do mandato anterior, de Cezar Peluso, que protagonizou discussões públicas com a corregedora da instituição, Eliana Calmon, sobre o assunto.

Além disso, o CNJ deve criar um fórum para monitorar o cumprimento da liberdade de imprensa pelo Poder Judiciário.

08 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Coronel que liderou massacre de Carajás é preso após 16 anos

Justiça do Pará determinou a detenção de Mário Pantoja, que se entregou ontem, e do major José Maria Oliveira

**Condenados em 2002 como responsáveis pelo massacre de 19 sem-terra, eles recorriam da decisão em liberdade**

AGUIRRE TALENTO  
DE BELÉM

A Justiça do Pará determinou ontem a prisão dos oficiais da polícia militar condenados em 2002 como responsáveis pelo massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em abril de 1996 no sudeste do Estado e que resultou na morte de 19 sem-terra.

Um deles, o coronel Mário Colares Pantoja, apresentou-se ontem à tarde a um presídio em Santa Isabel do Pará (47 km de Belém), onde cumprirá pena.

O outro, major José Maria Pereira de Oliveira, deverá se entregar hoje, segundo seu advogado.

Os dois PMs, hoje aposentados, chegaram a ser presos antes, mas conseguiram em 2005 habeas corpus para recorrer em liberdade.

Impedidos de alterar a decisão do Tribunal do Júri, seus advogados tentam anu-

lar o julgamento.

As prisões eram uma reivindicação antiga de movimentos de luta pela terra.

O massacre ocorreu quando os sem-terra iam de Curionópolis a Marabá para reivindicar a desapropriação da fazenda Macaxeira.

No caminho, interditaram a rodovia PA-150, que liga Belém ao sul do Pará.

A PM de Marabá e policiais de Paraupabas se juntaram para desbloquear a rodovia, dando início ao conflito, que resultou também em mais de 60 feridos.

De acordo com o processo do caso, cerca de 1.100 manifestantes foram cercados pelos PMs, que atiraram à queima-roupa.

Os policiais começaram a ser julgados em 1999.

O coronel Pantoja foi condenado a 228 anos de prisão, enquanto o major Oliveira recebeu pena de 158 anos e quatro meses.

Os 142 PMs que participaram da ação foram absolvidos. Superiores hierárquicos dos PMs, o governador do Pará à época, Almir Gabriel (PSDB), e o secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, não foram responsabi-

lizados.

O episódio é lembrado anualmente no "Abril Vermelho", que concentra ações promovidas por grupos como o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra).

A Justiça determinou as prisões após os acusados terem recursos negados em instâncias superiores.

O STF (Supremo Tribunal Federal) enviou a ação à Justiça do Pará no mês passado para o cumprimento das detenções.

## OUTRO LADO

Apesar de as condenações terem transitado em julgado (quando não cabem mais recursos), os advogados ainda tentarão livrá-los da cadeia.

Há um habeas corpus em tramitação no STJ (Superior Tribunal de Justiça) pedindo a anulação do julgamento.

Os advogados dizem que o coronel e o major não ordenaram o massacre e que estavam cumprindo orientações superiores. Segundo eles, a ação dos policiais fugiu ao controle.

"Eles não deram um único tiro", afirma o advogado Gustavo Pastor, que defende o coronel Pantoja.

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Mortes no campo  
caíram em 2011, diz  
Pastoral da Terra

As mortes motivadas por conflitos no campo diminuíram em 2011, mas o número de pessoas ameaçadas devido a disputas fundiárias quase triplicou em relação ao ano anterior.

Os dados estão em relatório anual divulgado ontem pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), braço agrário da Igreja Católica no Brasil.

Segundo a comissão, houve 29 homicídios resultantes de conflitos no campo em 2011, queda de 15% em relação aos 34 de 2010. A maior parte das mortes — 12 casos — foi no Pará.

A relação inclui casos de repercussão internacional, como a morte, em maio passado, do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo, em Nova Ipixuna.

“O total de mortes diminuiu porque após a morte do casal houve maior combate à violência. Mas precisamos de soluções definitivas”, afirmou Antônio Canuto, da CPT.

Se houve recuo nos homicídios, outros pontos do estudo indicam crescimento na violência no campo. O número de ameaçados de morte em disputas fundiárias avançou 177% — de 125 para 347 pessoas, sendo 85% delas na Amazônia.

O contexto dos conflitos mostrou uma mudança no eixo das disputas da reforma agrária para demandas de comunidades tradicionais. Segundo a CPT, 72% dos ameaçados têm relação com territórios quilombolas, indígenas ou de outras comunidades. Outros 22% são assentados ou sem-terra.

08 MAI 2012

## ELDORADO DO CARAJÁS

### MASSACRE

Em 17 de abril de 2006, cerca de 150 policiais militares entraram em confronto com integrantes do MST em Eldorado do Carajás. Dezenove sem-terra foram mortos e mais de 60, feridos

### SENTENÇA

Comandantes da ação, o coronel Mário Colares Pantoja e o

major José Oliveira foram condenados em 2002

a 228 anos e 158 anos respectivamente, mas aguardavam julgamento de recurso em liberdade



### PRISÃO

Ontem, a Justiça do Pará expediu mandados de prisão contra os dois militares. Pantoja já foi preso

08 MAI 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Demóstenes contraria sua proposta em defesa

Advogado diz que processo contra parlamentar viola a Constituição

**Senador é autor de PEC que permite a abertura de processo por quebra de decoro por fatos anteriores ao mandato**

GABRIELA GUERREIRO  
DE BRASÍLIA

Autor de proposta que inclui fatos anteriores ao mandato entre os que permitem a abertura de processo por quebra de decoro de congressistas, o senador Demóstenes Torres (ex-DEM-GO) usa agora, por meio de sua defesa, argumento oposto para pedir o arquivamento de processo no Conselho de Ética.

Em defesa prévia encaminhada ao conselho, advogados do senador argumentam que parte dos fatos listados na representação contra Demóstenes ocorreram antes do atual mandato, o que impediria a abertura do processo.

Diz a defesa que a instauração do processo para apurar fatos ocorridos fora do exercício do mandato "viola

frontalmente a Constituição". Assinado pelos advogados de defesa do senador, o texto lista várias propostas rejeitadas pelo Congresso para mudar a Constituição, mas não menciona que Demóstenes é autor de uma das PECs (proposta de emenda constitucional) que trata do assunto.

A PEC do senador foi apresentada ao Congresso em 2006 e espera por votação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado desde abril do ano passado.

O advogado de Demóstenes, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que não há contradição porque a peça de defesa foi baseada em critérios técnicos.

"Eu não tenho compromisso com posições políticas do senador Demóstenes. Ele não assina a petição, quem assina são seus advogados."

O Conselho de Ética deve instaurar hoje o processo disciplinar contra Demóstenes. Kakay protocolou ontem pedido de mais prazo para apresentar nova defesa.

## Procuradoria defende que Cachoeira fique preso

Objetivo é "anular" poder do empresário

A Procuradoria Geral da República enviou parecer ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) defendendo que o empresário Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, continue preso com o objetivo de "de neutralizar ou, ao menos, enfraquecer seu poder de articulação e penetração que sabidamente exerce na sociedade".

O documento, assinado pelo subprocurador-geral da República Paulo da Rocha Campos, diz que libertar Cachoeira seria uma medida "temerária".

Trata-se da posição do Ministério Público Federal sobre o habeas corpus impetrado pela defesa do empresário no STJ. O caso só deverá ser julgado na semana que vem.

Segundo o parecer, não há ilegalidade em manter Cachoeira preso e tal necessidade é "imperiosa para o resguardo da ordem pública, diretamente ameaçada com a atividade criminosa organizada".

O subprocurador descreve Carlinhos Cachoeira como alguém com grande influência política e econômica perante a sociedade e a própria estrutura estatal, "encontrando-se no ápice de moderna, articulada, antiga e extensa organização criminosa, fortemente armada pelo concurso de vários agentes dos setores da segurança pública, inclusive do alto escalão".

08 MAI 2012

## FOLHA DE S. PAULO

# Escravidão no Congresso

Há chance de ser incluída na pauta de votação da Câmara dos Deputados, hoje, proposta de emenda constitucional para tornar mais severa a punição a empregadores que submetam trabalhadores a condições análogas à de escravidão. O governo Dilma Rousseff trabalha para isso.

O objetivo do Planalto seria aprovar o diploma às vésperas do dia 13 de maio, data comemorativa da assinatura da Lei Áurea. A PEC 438, em tramitação no Congresso desde 2001, prevê até expropriar terras e destiná-las à reforma agrária. No caso de propriedades urbanas, os imóveis iriam para programas de habitação popular.

Ameaça tão radical teria, segundo os defensores da nova legislação, maior poder dissuasório.

É inegável que novos esforços devem ser feitos para eliminar essa prática criminoso. Cabe reconhecer o crescente empenho de fiscalização do Ministério do Trabalho, da Procuradoria do Trabalho (parte do Ministério Público da União) e da Polícia Federal. Mas parece improvável que o agravamento da pena possa exercer um efeito maior do que seria obtido com a aplicação das normas já existentes.

A imposição de "condição aná-

loga à de escravo" é crime previsto no artigo 149 do Código Penal, que prescreve pena de reclusão de dois a oito anos para o infrator. Não há notícia, no entanto, de algum caso julgado no país em que uma sanção desse tipo tenha sido decidida pela Justiça.

A constatação de trabalho degradante leva em geral a punições pecuniárias por descumprimento da legislação trabalhista, aplicadas pelo Ministério do Trabalho, e a multas da Procuradoria do Trabalho. Mas as sanções determinadas pelo ministério têm valor baixo, segundo a própria pasta; nos casos mais graves, da ordem de dezenas de milhares de reais.

A ameaça de expropriação de terras mudará pouca coisa nas relações trabalhistas do país se sua aplicação for deficiente como a que hoje se faz das normas existentes. É preciso ampliar equipes de fiscalização, intensificar a vigilância das condições de trabalho em todo o país, tornar a Justiça mais eficaz e punir os infratores.

Novas e agravadas normas podem surtir efeito de propaganda; às portas do 13 de Maio, mas contribuirão pouco para erradicar a cultura de complacência com o descumprimento da lei no país.

# Justiça concede habeas corpus para Abib Miguel

Ex-diretor da Assembleia está preso desde março em Piraquara

A juíza da 9ª Vara Criminal de Curitiba, Lillian Romero, concedeu ontem habeas corpus para que o ex-diretor-geral da Assembleia Abib Miguel seja solto. Bibinho está preso desde março sob a acusação de tentar atrapalhar as investigações do desvio de recursos da Assembleia Legislativa.

No despacho, a juíza concordou com a argumentação da defesa de Abib Miguel que a fase de instrução do processo já teria sido concluída. Outro

fator que pesou para a decisão é de que Bibinho estaria com a saúde abalada.

"Com efeito, encerrada a instrução criminal, não há mais que se falar em manutenção da custódia cautelar do paciente por conveniência da mesma instrução", considerou a juíza.

Pelo fato de o habeas corpus ter saído após às 18 horas, o ex-diretor deve ser colto apenas hoje pela manhã. Bibinho está preso na Penitenciária de Piraquara.

## Editorial

### Reforma do código penal é urgente

O ex-diretor geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, o Bibinho, deve ser solto hoje por ordem da juíza da 9ª Vara Criminal de Curitiba, que aceitou a tese da defesa de que a fase de instrução do processo já teria sido concluída. Outro fator que pesou para a decisão é de que Bibinho estaria com a saúde abalada. Assim na manhã de hoje, o homem envolvido no maior escândalo da história recente da política paranaense estará livre. Também está livre o ex-deputado Fernando Ribas Juli Filho, que há três anos, completados ontem, se envolveu no acidente de trânsito que matou dois jovens. Já há provas mais do que definitivas que ele estava embriagado e que "voava" baixo ao bater no carro das vítimas. E pode-se enumerar

uma série de outras personalidades envolvidas em crimes e maracutaias que os advogados de polpudos honorários conseguem manter fora da prisão. É por isso que é fundamental a revisão urgente do Código Penal Brasileiro, cuja base foi escrita nos anos 1940 e apesar de vários apêndices posteriores, ainda precisa de uma reavaliação geral. A Justiça deve ser cega, sem privilegiar A, B ou C, mas ultimamente ela tem sido manca, torta e injusta, este último o pior dos adjetivos para um sistema penal. Que a maré de mudanças que assola o país, que tem conseguido reduzir os extorsivos juros a patamares mais civilizados, consiga também construir um sistema penal que não beneficie só os mais ricos, mas que seja justo para todos.

# TRIBUNA DO PARANÁ

Reunião 08 MAI 2012

# Derosso cai fora

Em carta, ex-presidente da Câmara deixa o ninho tucano.  
Parlamentar fica sem partido e não concorre às eleições

A reunião dos diretórios estadual e municipal do PSDB ontem não chegou a nenhuma decisão sobre a possível expulsão do vereador João Cláudio Derosso. Isto porque o ex-presidente da Câmara de Curitiba se antecipou ao partido e pediu seu desligamento da legenda. Desta forma, o parlamentar segue até o final de seu mandato como vereador, mas não poderá concorrer à eleição em outubro porque não há tempo hábil para nova filiação, que deve ser feita pelo menos um ano antes do pleito.

A decisão foi anunciada momentos após o início da reunião que contou com 13 integrantes dos diretórios, entre eles o presidente em exercício do PSDB no Paraná, Valdir Rossoni, o deputado estadual Ademar Traiano e o presidente do diretório municipal Fernando Ghignone. Um funcionário de Derosso entregou a carta escrita a mão, na qual o vereador anunciava o desejo de se desfilar da legenda. Na manhã de ontem, no entanto, afirmou que não se afastaria do partido e seria reeleito com a maior votação da cidade.

## Resolvido

"Foi uma decisão inteligente. O partido já estava determinado em excluir o vereador. Isso significa que o PSDB estava certo", avaliou o presidente Rossoni, que acredita que o episódio não irá prejudicar a atuação do partido na próxima eleição. O deputado federal Fernando Francischini disse que a situação está resolvida. "Era o desejo da maioria e a decisão foi certa para o partido."

## Ex-mulher nega irregularidades na empresa

O Paraná TV 1.ª Edição vai apresentar hoje entrevista exclusiva com a ex-mulher de João Cláudio Derosso. A jornalista Cláudia Queiroz Guedes nega as irregularidades na empresa Oficina da Notícia, de sua propriedade, que administrou parte da verba de publicidade da Câmara enquanto era casada com o então presidente da Casa.

"Eu não tive vereador, nunca na vida, me ligando pedindo para ajudar veículo tal...

nem o ex-presidente", declarou no trecho mostrado no Paraná TV 2ª edição de ontem. Segundo Cláudia, a escolha das empresas beneficiadas com dinheiro público destinado à propaganda foi feita por critérios técnicos e profissionais. "Esperei que todas as investigações tivessem vindo à tona para minha empresa, no final deste processo, mostrar que não tinha irregularidades."

# 08 MAI 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### tribuninha

#### Liberdade

O ex-diretor da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, o Bibinho, teve habeas corpus concedido pelo Tribunal de Justiça no início da noite de ontem. Bibinho é acusado de desviar mais de R\$ 100 milhões da Casa num esquema de contratação de funcionários fantasmas durante sua gestão. Desde março o ex-diretor estava preso em Piraquara, sob alegação que, em liberdade, atrapalharia as investigações.

08 MAI 2012

## METRO

### Coronel envolvido em massacre é preso

O coronel Mário Colares Pantoja se entregou à polícia ontem, no Pará, após o TJ (Tribunal de Justiça) do Estado ter decretado sua prisão e de outro policial.

Os dois foram condenados pelo massacre em Eldorado dos Carajás, que matou 21 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em 1996.

O advogado do coronel, Gustavo Pastor, vai pedir à Justiça para que a sentença seja transformada em prisão domiciliar, alegando que o cliente tem problemas cardíacos.

Pantoja e o major José Maria Pereira foram condenados em 2002 mas recorriam em liberdade por meio de recursos no STF (Supremo Tribunal Federal). Com o fim da possibilidade de recursos, o processo foi devolvido à Justiça, que determinou a prisão.

Segundo Pastor, ainda resta ser julgado um recurso da defesa no STF que pede a anulação da sentença. O advogado deve pedir a aceleração do julgamento.

Segundo o coordenador do MST no Pará, Ulisses Manaças, a prisão dos PMs pode representar uma transformação em relação à impunidade nos crimes que ocorrem com trabalhadores sem-terra.

Chamado de massacre de Eldorado dos Carajás, o episódio envolveu um confronto entre policiais e sem-terra, que realizavam uma manifestação no km 96 da rodovia PA-150.